



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1. Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para prestação de serviços e vendas de produtos para atender às necessidades da Universidade Federal do Maranhão, pelo período de 12 (doze) meses, renovável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, em razão da necessidade contínua de utilização de serviços postais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Valor estimado anual
1	Serviços postais	R\$ 261.459,00

1.2. A prestação de serviços objeto da contratação tem abrangência nacional e internacional, e compreende os serviços especificados no item 04 deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de utilização de Serviços Postais para o funcionamento das atividades da Universidade Federal do Maranhão.

2.2. A empresa a ser contratada detém o monopólio, no Brasil, na prestação dos serviços postais e telemáticos, nos termos da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, e do Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, dessa forma, a contratação em questão deverá ser realizada por Dispensa de Licitação, conforme previsto no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

2.3. O valor estimado anual é baseado nos valores que foram pagos no exercício de 2016.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

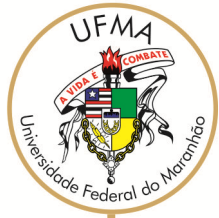
3.1. A despesa decorrente da presente prestação de serviços será paga com recursos específicos consignados no orçamento da UFMA, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE: MG/Serviços Básicos

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

FONTE: 8100000000

PTRES: 108485

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Envio de processos e documentação em geral originária da Sede da UFMA e dos Campis localizados no continente, em âmbito nacional e internacional;

4.1.2. Envio de processos e documentação em geral entre Sede da UFMA e os Campis localizados no continente, via malote;

4.1.3. Envio de encomendas entre a Sede da UFMA e os Campis localizados no continente;

4.1.4. Notificações de concursos públicos realizados na Sede da UFMA e nos Campis localizados no continente, aos candidatos aprovados nos certames.

4.1.5. O acompanhamento do serviço realizado no Campus Sede (São Luís) ficará a cargo da Divisão de Expediente Protocolo e Arquivo-DEPA/DMPS desta UFMA através de fiscal previamente designado.

4.1.6. O acompanhamento do serviço realizado nos Campis do Continente ficará a cargo da "Administração do Centro" de cada Campus através de servidor previamente designado.

4.1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.1.8. Os procedimentos referentes ao uso e controle dos cartões de postagem serão estabelecidos posteriormente pela ordenadora de despesas da UFMA, e o acompanhamento deverá ser realizado pela Divisão de Expediente Protocolo e Arquivo.

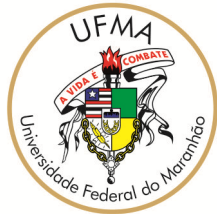
4.2. Especificações dos serviços:

- a) Carta Comercial;
- b) Mala direta Postal Domiciliária – MDPD;
- c) Carta/Cartão/Envelope encomenda – Resposta;
- d) Serviços telemáticos – SPE;
- e) Correio Internacional;
- f) Aquisição de Produtos;
- g) Malote;

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

h) Serviços de encomendas nacionais.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado, por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal devidamente atestada na Divisão de Serviços Gerais/DMPS.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Acompanhar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado.

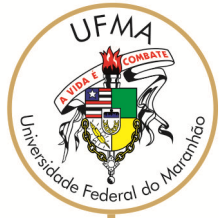
6.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 6.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 6.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução dos serviços contratados.
- 6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.8. Permitir o acesso dos empregados da contratada, nas dependências da contratante, para a prestação dos serviços descritos neste contrato;
- 6.9. Disponibilizar à contratada os objetos postais e telemáticos devidamente envelopados/embalados em embalagens adequadas ao peso, bem como devidamente endereçados;
- 6.10. Efetuar o pagamento das faturas, correspondente aos serviços prestados, até a data do vencimento;
- 6.11. Manter a contratada atualizada dos endereços para a apresentação de faturas e comunicações diversas, assim como da inclusão de novos endereços de coleta;
- 6.12. Realizar a apresentação do cartão de postagem sempre que houver a necessidade de utilização dos serviços e/ou aquisição de produtos;
- 6.13. Fica a contratante responsável pelos cartões de Postagem vinculados a este contrato, respondendo pelos danos causados por sua utilização indevida e por sua devolução à contratada, quando for o caso;
- 6.14. Informar a contratada, com maior brevidade possível, do extravio, perda ou roubo do cartão de postagem, mediante comunicação formal impressa e/ou eletrônica.

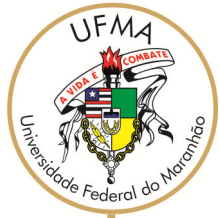
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078,

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

7.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

7.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

7.8. Atender as solicitações da Contratante de atendimento sempre que necessário.

7.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

7.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

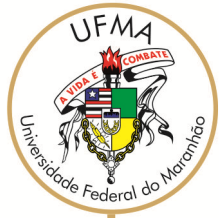
7.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 7.16. Fazer a coleta de correspondências, encomendas e/ou malotes em dias úteis no horário do expediente administrativo da contratante;
- 7.17. Realizar devolução ao remetente dos objetos, nos casos de impossibilidade de entrega ao destinatário, havendo o registro da razão que impediu a entrega;
- 7.18. Informar de forma clara e precisa a razão de toda e qualquer devolução de correspondências e/ou encomendas pela contratada;
- 7.19. Fica a contratada responsável por indenização à contratante, nos casos de extravio, furto, roubo ou avarias, quando da prestação de serviços, ocasionadas por manuseio indevido no decorrer da trajetória das correspondências/encomendas;
- 7.20. Disponibilizar a fatura para pagamento, com antecedência mínima de cinco dias úteis antes do vencimento;
- 7.21. No caso do serviço de malote, fornecer à contratante, em regime de cessão sem ônus, os malotes e respectivos cartões operacionais, estes serão elaborados pela contratada, para endereçamento do malote e identificação do serviço prestado;
- 7.22. Indicar colaborador responsável pela intermediação entre contratante e contratada, facilitando a comunicação entre as partes, devendo haver comunicação formal no caso de mudanças e/ou substituições;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

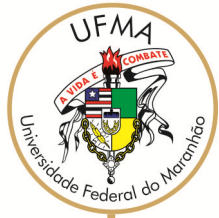
- 8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

10.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

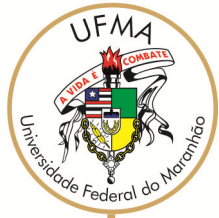
11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;

11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio Marechal Castelo Branco - PROAF

Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805

Fone: (98) 3272- 8884 / 3272- 8885 / 3272-8886



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São Luís, 16 de agosto de 2019


Marceli Muniz

Diretora do DMPS/PROAF

APROVO o presente Termo de Referência,

São Luís, MA, 16 de agosto de 2019.


ENEIDA DE MARIA RIBEIRO

Pró-Reitora de Administração e Finanças